

Novo projeto de esgoto para região Médio Paraíba

Plano define metas para ampliar coleta e tratamento de esgoto

A cidade de Volta Redonda passou a contar com um projeto de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), voltado à ampliação da coleta e do tratamento de esgoto no município. A entrega do estudo foi realizada na quinta-feira (26), durante cerimônia em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, na Câmara Municipal.

O projeto foi elaborado no âmbito do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) e integra um conjunto de iniciativas que contemplam municípios da Região Hidrográfica III. Também participaram da cerimônia representantes da prefeitura, da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap), da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), além de integrantes de outras cidades beneficiadas.

O diretor-executivo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda (Saae-VR), Paulo Cezar de Souza, destacou que o estudo representa um avanço no planejamento do setor. Segundo ele, o município passa a contar com um direcionamento técnico que pode viabilizar novos investimentos e acelerar a ampliação do tratamento de esgoto, especialmente em áreas que ainda dependem de melhorias estruturais.

“Vamos começar a caminhar em direção à universalização do esgoto, que é um compromisso até 2033, com base no Marco Legal do Saneamento Básico, que a gente tenha praticamente 100% do esgoto tratado. Recebemos o projeto executivo, todo o planejamento que vai nortear os futuros investimentos para conseguir essa universalização. Com esse projeto, temos condições de receber recursos, de procurar financiamentos, outras fontes para viabilizar”, afirmou.

O projeto executivo foi desenvolvido pela empresa Conduco, com acompanhamento técnico da DHF Consultoria e Engenharia Ltda. A contratação ocorreu por meio dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, que atuaram na assessoria técnica e administrativa para elaboração e adequação dos estudos. O trabalho envolveu levantamento de dados, análise das necessidades locais e definição de diretrizes para implantação dos sistemas.

A iniciativa busca garantir qualidade técnica aos projetos de



Geraldo Gonçalves

Documento técnico define bases para investimentos em saneamento nos municípios

Arquivo/PMVR



Estudos técnicos passam a orientar ações no saneamento

saneamento, evitando falhas de concepção e contribuindo para o uso eficiente dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. A expectativa é que, com planejamento adequado, seja possível reduzir a carga poluidora e melhorar a qualidade das águas do Rio Paraíba do Sul, principal manancial da região.

Investimentos e impacto regional

Os investimentos destinados à elaboração dos projetos somam cerca de R\$ 1,9 milhão, provenientes da cobrança pelo uso da água prevista no Plano de Bacia. Além de Volta Redonda, também foram contemplados os municípios de Rio das Flores, Porto Real, Mendes e Barra do Piraí, que receberam estudos com características adaptadas às suas realidades.

De acordo com a Agevap, responsável por viabilizar a execução das iniciativas financiadas pelo CBH-MPS, os valores variam conforme o porte e as características de cada cidade. Em Volta Redonda, o investimento no projeto foi de aproximadamente R\$ 1,1 milhão, considerado estratégico para o planejamento das futuras obras.

A diretora-presidente da Agevap, Aline Raquel de Alvarenga, explicou que o papel da entidade é garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente, permitindo que os municípios avancem nas etapas seguintes, como a captação de verbas para execução das obras e a implementação dos sistemas projetados.

Já o subsecretário de Meio Ambiente, Anderson Azevedo, avaliou que a entrega do proje-

to reforça o compromisso com a melhoria da qualidade ambiental e a proteção dos recursos hídricos. Ele destacou que a cooperação entre os entes envolvidos fortalece a gestão e contribui para a implementação de políticas públicas mais eficazes, com foco na sustentabilidade.

Segundo o Comitê de Bacia, a entrega dos estudos representa uma etapa estratégica, uma vez que permite aos municípios buscar recursos estaduais e federais para tirar os projetos do papel. A medida tende a impactar diretamente a saúde pública, além de contribuir para a preservação ambiental e o desenvolvimento regional, ao reduzir riscos associados à falta de saneamento.

A presidente do Comitê, Caroline Teixeira Lopes, ressaltou que os investimentos em saneamento têm reflexos que ultrapassam os limites municipais. Para ela, melhorar o tratamento de esgoto na região também influencia a qualidade da água distribuída para outros centros urbanos, inclusive fora da área diretamente atendida.

Ela destacou que a falta de investimentos em saneamento encarece o tratamento da água e compromete sua qualidade, e que iniciativas como essa permitem estruturar projetos que viabilizam novas fontes de recursos e ampliam a capacidade dos municípios de executar obras no setor, a partir de planejamento técnico já consolidado.

Perfis nas redes ajudam busca por desaparecidos

O Governo do Estado lançou a campanha “Perfil Solidário” com o objetivo de ampliar a visibilidade de crianças e adolescentes desaparecidos. A iniciativa, coordenada pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), integra a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, que se segue até o dia 31 de março.

A proposta incentiva a população a substituir, por uma semana, a foto de perfil em redes sociais como WhatsApp, Instagram e Facebook por imagens de desaparecidos. A estratégia busca aumentar a circulação dessas fotos no ambiente digital e, com isso, contribuir para a identificação e localização dos jovens.

Segundo a presidente da FIA, Taciane Bezerra, a ação depende do engajamento coletivo. Ela destaca que a participação da sociedade é fundamental para dar visibilidade aos casos e ampliar as chances de reencontro com as famílias. A iniciativa também reforça o papel da responsabilidade social na proteção da infância e adolescência.

Como parte da mobilização, uma ação foi realizada na Central do Brasil, onde equipes orientaram o público sobre como participar da campanha. Durante a atividade, também foram distribuídas pulseiras de identificação e repassadas informações sobre os canais disponíveis para denúncias e apoio na busca por desaparecidos.

De acordo com a FIA, a divulgação de imagens é um dos principais fatores para a resolução desses casos. O gerente do programa SOS Crianças Desaparecidas, Luiz Henrique Oliveira, resalta que o alcance das redes sociais pode ser decisivo, já que cada compartilhamento amplia significativamente a possibilidade de reconhecimento.

Para aderir à campanha, os interessados devem acessar o perfil oficial da instituição nas redes sociais, selecionar a imagem de uma criança desaparecida, salvar a foto e utilizá-la como imagem de perfil, além de compartilhar a iniciativa com outros usuários.

Criado em 1996, o programa SOS Crianças Desaparecidas já contribuiu para a localização de mais de quatro mil jovens, índice que representa mais de 86% dos casos atendidos. A ação integra a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que atua em parceria com diferentes órgãos e utiliza a divulgação de informações como principal ferramenta de busca.